

Ministério Públíco da Bahia possui menor número de cargos providos



Foto: Humberto Filho

No ranking dos estados mais populosos do Brasil, o MP baiano também é o que possui menor quantidade de sedes próprias, segundo anuário do Conselho Nacional (CNMP)

Dos cinco estados mais populosos do Brasil, o Ministério Públíco da Bahia é o que possui menos sedes próprias e o que teve menos números de cargos de membros de 1^a, de 2^a instância e de servidores de carreira providos.

É o que aponta a terceira edição da publicação "Ministério Públíco - Um Retrato", lançado pelo Conselho Nacional do Ministério Públíco (CNMP), reunindo dados enviados por todas as unidades dos Ministérios Públícos do país até março de 2014. A obra traz números de todas as instituições do país na área administrativa e funcional entre os anos de 2011 a 2013.

Em 2013, a Bahia possuía apenas sete sedes próprias, mesmo número desde 2011, seguida por 47 sedes locadas e 214 cedidas. Em segundo lugar entre as que menos possuíam sedes próprias aparece o Rio de Janeiro, com 17 próprias; seguida por São Paulo, com 45; Minas Gerais, com 51; e Rio Grande do Sul, com 155 sedes.

Já no que se refere ao número de cargos de membros providos no mesmo ano, a Bahia contou com 506 cargos de 1^a instância, 53 de 2^a instância e 959 de servidores de carreira. O Rio Grande do Sul obteve 523 cargos de 1^a instância, 117 de 2^a instância e 1.699 de servidores. O Rio de Janeiro aparece com 691 cargos de 1^a instância, 193 de 2^a instância e 1.531 de servidores. Já Minas Gerais contabilizou

861 cargos de 1^a instância, 132 de 2^a instância e 2.889 de servidores. São Paulo desonta com 1.641 cargos de 1^a instância, 300 de 2^a instância e 3.750 de servidores.

"Pelo terceiro ano seguido, Ministério Públíco - Um Retrato traz informações de inegável relevância. Além de ser ferramenta para a reflexão, a autocritica e o planejamento institucionais, certamente permite melhor compreensão do Ministério Públíco pela sociedade brasileira, destinatária de nossa atuação", aponta o presidente do CNMP, Rodrigo Janot, em sua fala no prólogo do livro.

O mesmo é reforçado pelo conselheiro do CNMP e presidente da Comissão de Planejamento Estratégico (CPE), Cláudio Henrique Portela do Rego. "A adequada coleta dos dados aliada à quantidade da informação pode trazer benefícios incalculáveis para que o Ministério Públíco possa cumprir sua missão de forma eficiente, eficaz e efetiva, pois a partir de dados qualificados podemos conhecer a realidade institucional e cotejá-la com a realidade social, adequando a estrutura institucional a um planejamento capaz de promover as transformações sociais almejadas e de consolidar, no seio da sociedade, a legitimidade institucional necessária para o seu desempenho autônomo, austero e eficaz", aponta o conselheiro no livro.



ATUAÇÃO FUNCIONAL

O anuário traz também números da atuação funcional do MP baiano e brasileiro nas áreas criminais, extrajudicial e cível, infância e juventude. Na Bahia, na matéria criminal, foram recebidos 47.948 inquéritos policiais e termos circunstanciados, e 69.418 processos movimentados nas promotorias, sobre temáticas variadas. Nos dois casos, não foram considerados nestes números os casos classificados como "demais tipos".

Quanto à matéria extrajudicial, foram computados um total de 7.290 inquéritos civis e procedimentos preparatórios instaurados, sem contar os classificados como "demais tipos", 2.082 petições iniciais, e 254 recomendações. Na matéria cível, foram 96.131 processos e 72.468 manifestações recebidas. E na matéria da Infância e da Juventude, foram 15.168 procedimentos investigatórios, processos de apuração de ato infracional e execução de medidas socioeducativas recebidas.

ORÇAMENTO EM BAIXA

Ministério Públíco continua com defasagem orçamentária - Pág. 2

FALTA ESTRUTURA

Promotoria sem espaço físico para funcionar em São Francisco do Conde - Pág. 4

PELO JUDICIÁRIO

Carta será entregue ao TJ sugerindo soluções e melhorias - Pág. 4

Orçamento do MP em defasagem

Presidente da Ampeb defende melhor articulação para garantir incremento

A Proposta Orçamentária da Bahia para 2015 já foi enviada para a Assembleia Legislativa desde o dia 30 de setembro e os trâmites da votação devem se estender pelo mês de dezembro. De acordo com a Secretaria de Planejamento do Estado (Seplan), o orçamento do Estado da Bahia previsto para o próximo ano é de R\$ 40 bilhões, um volume 8,3% superior ao deste ano. Para o presidente da Associação do Ministério Público da Bahia (Ampeb), Alexandre Soares Cruz, é preciso empenho da chefia do MP para que o orçamento da instituição não seja preterido em comparação ao Judiciário, como vem historicamente acontecendo.

"Uma instituição essencial à Justiça e com a missão de defender a sociedade, combater a criminalidade e a corrupção não pode ser preterida na repartição orçamentária. Essa distorção tem se repetido nos últimos anos e já foi identificada pelo CNMP e pelo TCE", pontua Cruz.

Os dados apresentados pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) durante o seminário "Problemas e soluções para o Judiciário baiano", realizado no último dia 12 de setembro, no auditório do Tribunal de Justiça, no CAB, ilustram a preocupação do presidente da associação. Segundo a apresentação feita à época, em 2013, por exemplo, o orçamento inicial para o Judiciário foi R\$1.477.978.194,00, aumentando para R\$1.712.387.000,00 em 2014. O do Legislativo passou de R\$672.570.396,00, em 2013, para R\$

820.866.000,00 em 2014. Já a Defensoria Pública, passou de R\$ 120.927.781,00 em 2013, para R\$ 163.241.000,00 em 2014. Enquanto isso, o do Ministério Público foi de R\$ 380.726.597,00 em 2013, para R\$ 422.444.000,00 em 2014.

No comparativo, todas as instituições ou poderes mencionados acima tiveram um crescimento maior que o Ministério Público de um ano para o outro. O aumento da Defensoria Pública foi de 34,99%; o do Legislativo de 22,05%; o do Judiciário de 15,86%, enquanto o do Ministério Público ficou na casa dos 10,95%, reforçando a disparidade orçamentária entre os órgãos.

"A situação é lamentável. O MP não pode ficar pra trás. A chefia institucional precisa melhorar sua interlocução com o Executivo e o Legislativo para identificar as causas do problema e resolvê-lo", reforça o presidente da Ampeb.

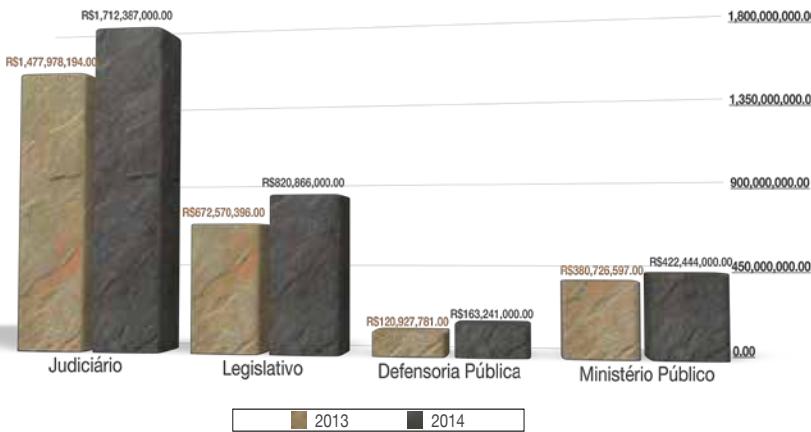
O relatório conclusivo do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), cuja inspeção foi elaborada no período de 5 a 9 de novembro de 2012, também apontou, à época, que o orçamento



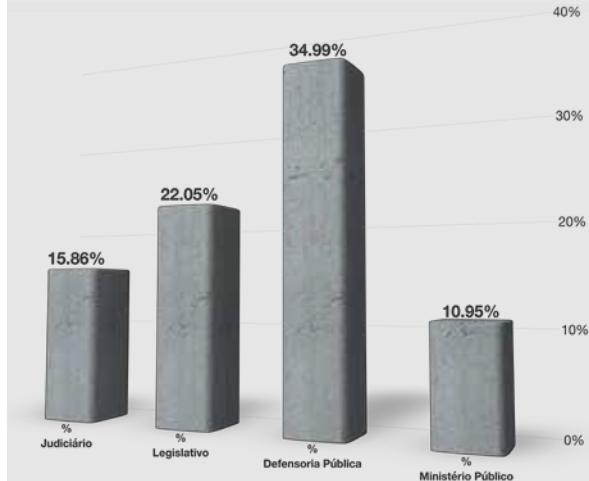
Dados foram apresentados pela coordenadora de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Raquel Cordeiro Capristano, em seminário da OAB

disponibilizado ao Ministério Público baiano não tem acompanhado a evolução da Receita do Estado. "No ano de 2010 o MP/BA apresentava participação de 2,13%, em 2011 este percentual diminuiu para 2,11% e em 2012 ficou em 2,06%. Isto significa que nos últimos dois anos o MP/BA poderia ter recebido 17 milhões de reais a mais para fazer face aos seus problemas estruturais, funcionais e administrativos", pontua um trecho do documento, fazendo referência ao período.

COMPARATIVO ORÇAMENTÁRIO



PERCENTUAL DE CRESCIMENTO



Criação e provimentos de cargos de assessor

A criação e o provimento de cargos de assessor de promotor de Justiça no âmbito do Ministério Público foi mais uma vez cobrada pela Ampeb à procuradoria-geral de Justiça (PGJ) em ofício protocolado no dia 28 de outubro. O presidente Alexandre Soares Cruz solicitou que fosse informada a perspectiva que isto acontecesse, explicando ser esta uma medida administrativa urgente. Segundo Cruz, a disparidade da atividade junto ao Judiciário traz impactos ao Ministério Público provocando um aumento substancial da demanda de trabalho dos promotores de Justiça. Ainda sem retorno por parte da PGJ, esse foi o terceiro expediente sobre o tema enviado pela entidade este ano.

Ampeb abre espaço para divulgação das candidaturas ao CSMP

Com o objetivo de promover o debate sobre o papel do órgão colegiado, propiciando ao eleitor conhecer os candidatos e escolher os que entenda melhor representá-lo, a Ampeb disponibilizou espaço na sua Web TV para a divulgação de todas as candidaturas ao Conselho Superior do Ministério Público (CSMP), biênio 2014/2016. Cada candidato foi informado da abertura do espaço através de ofício. Foram dados três minutos para cada procurador apresentar sua candidatura, bem como responder a duas questões da Ampeb, sendo uma delas sobre as razões que motivaram a participação no pleito e a outra sobre a proposta da associação para nova disciplina da aferição de merecimento no âmbito do MP/BA. A eleição para o CSMP será realizada no dia 10 de dezembro, das 9h às 17h, na Sala das Sessões, na sede do MP, no CAB.

EXPEDIENTE

- **Presidente** - Alexandre Soares Cruz
 - **Vice-Presidente** - Fernando Mário Lins Soares
 - **Secretário-Geral** - Augusto César Carvalho de Matos
 - **Diretor Administrativo** - Ricardo de Assis Andrade
 - **Diretor Financeiro** - Tiago de Almeida Quadros
 - **Diretora Sociocultural** - Silvana Brito Suarez
 - **Diretor de Esportes** - Carlos Augusto Machado de Brito
 - **Conselho Consultivo**: Olímpio Coelho Campinho Júnior, Roberto de Almeida Borges Gomes e José Gomes Brito
 - **Suplente**: Maria Auxiliadora Kraychete
 - **Conselho Fiscal**: Cristina Seixas Graça, Eny Magalhães Silva e Eliana Portela Blózzi
 - **Suplentes**: Jandira Lima de Góes, Eduardo Antônio Bittencourt Filho e João Paulo Cardoso de Oliveira
- **Coordenação editorial**: Cannal Assessoria em Comunicação
- **Jornalista responsável**: Carla Ferreira DRT/BA 1894
- **Diagramação e arte-finalização**: Arnoldo Miranda/Gato de AP
- **Colaboração**: Deiseane Cunha e Alexandre Santos
- **Fotografia**: Ascom/Ampeb
- **Impressão**: Presscolor • **Tiragem**: 1.000 exemplares

e-SAJ: Ampeb pede providências ao CNJ



A Ampeb ingressou com uma petição no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) informando o descumprimento, por parte do TJ-BA, do prazo para a disponibilização de arquivos de áudio e vídeo de depoimentos por meio do Sistema de Automação da Justiça (e-SAJ). A determinação do CNJ expirou

no dia 1º de outubro. O pedido de providências foi feito pela associação em maio deste ano, uma vez que a lei confere ao MP-BA a prerrogativa de ter acesso a esse tipo de conteúdo. O material a ser disponibilizado diz respeito a depoimentos das partes e oitiva de testemunhas, colhidos durante instrução processual.

Segundo a assessoria jurídica da Ampeb, a inoperância do serviço compromete a atuação de promotores, que se veem compelidos a realizar a inquirição de testemunhas e acusados de forma inadequada. De acordo com a promotora Railda Suzart, que atua na 7ª Vara Crime, uma juíza a orientou que ela custeasse do próprio bolso mídias (CD/DVD) para ter acesso às informações.

O TJ-BA não informou a razão do descumprimento da determinação do CNJ nem estipulou prazo para a regularização do serviço.

Hostil, lento e limitado

Um sistema hostil, lento e limitado. Assim o promotor Sério Mendes, da área de meio ambiente, define o e-SAJ. "Levei três dias tentando enviar uma petição intermediária ao juízo. Quando chegava ao fim do processo, o sistema dizia 'operação não realizada', relata.

Como se não bastasse a lentidão do sistema, Mendes afirma que os usuários do e-SAJ ainda são obrigado a lidar com outro tipo de burocracia, em sua opinião, desnecessária e que emperra todo o trabalho para o oferecimento de denúncias. "Temos que nos preocupar com a formatação de cada página, se o documento está em PDF ou no tamanho exigido. É uma situação muito complicada, já que temos inquéritos volumosos, com fotos, mas que, por causa de um sistema inoperante, temos que reduzi-los", diz Mendes.

Reajuste do subsídio entra na pauta da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara

Aprovados pela Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados no último dia 26 de novembro, os projetos de lei (PLs) 7918/14 e 7917/14, que aumentam, respectivamente, de R\$ 29.462,25 para R\$ 35.919,05 os salários do procurador-geral da República e dos ministros do Supremo Tribunal Federal, a partir de janeiro de 2015, aguardam apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC). Se aprovadas, as matérias seguirão para o plenário da Casa e depois para o Senado.

O valor é usado como teto salarial do funcionalismo público.

O presidente da Ampeb, Alexandre Soares Cruz, diz que a expectativa é que os PLs em questão sejam aprovados ainda nesta legislatura. "A Constituição Federal assegura a revisão anual do subsídio dos membros do MP e do Judiciário. Não obstante, há anos ambas as categorias não auferem reajustes sequer próximos dos índices de inflação, o que deu causa a significativo acúmulo de perdas. Temos esperança que o Congresso Nacional aprove esses projetos, de suma importância para a valorização dessas autênticas carreiras de Estado", afirma Cruz.

Impactos

De acordo com o Ministério Público da União e o STF, o aumento de 21,9% foi calculado a partir da reposição das perdas da inflação de 2009 a 2013, somadas à projeção do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - Amplo (IPC-A) - para 2014, em um total de 16,11%. O STF afirma que o reajuste terá impacto de R\$ 2,5 milhões só para o órgão e de R\$ 646,3 milhões para as demais instâncias do Judiciário federal. No MPU, o impacto orçamentário é de R\$ 226 milhões.

Presidente da Ampeb faz visita ao vice-governador e senador eleito



O presidente da Ampeb, Alexandre Soares Cruz, fez uma visita de cortesia ao vice-governador da Bahia e senador eleito, Otto Alencar, no último dia 27 de novembro. Cruz foi acompanhado do procurador Aquiles Siquara. A importância do diálogo entre o parlamento e a associação foi colocada pelo presidente da Ampeb, bem como outros assuntos ligados à atuação dos membros do Ministério Público, a exemplo da Lei de Execuções Penais, o Poder Judiciário e a situação dos presídios.

Alexandre Soares Cruz entregou a agenda 2015 da Ampeb, falou ainda de projetos em trâmite no Congresso Nacional e da atuação ativa da Conamp no Congresso Nacional, ressaltando a importância da abertura de relações entre o MP, suas representações e os representantes baianos nas instâncias de Poder. Alencar destacou a importância da parceria com o Ministério Público e de sua atuação, colocando que é um órgão que sempre consulta ao tomar decisões.

Ampeb participa da posse da nova diretoria da Associação dos Defensores Públicos



Presidente da Ampeb parabeniza a nova presidente da Adep-BA, Ariana de Sousa Silva, em solenidade no TRE

A diretoria e os conselhos superior e fiscal da Associação dos Defensores Públicos da Bahia (Adep-BA), biênio 2014/2016, foram empossados no último dia 21 de novembro, em cerimônia realizada no auditório do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), no Centro Administrativo da Bahia (CAB). O presidente da Ampeb, Alexandre Soares Cruz, foi um dos componentes da mesa solene no evento, juntamente com a defensora pública-geral Vitória Beltrão Bandeira; o procurador-geral do

Estado Rui Moraes Cruz, representando o governador Jaques Wagner; a atual presidente da Adep-BA e sua antecessora no cargo, Ariana de Sousa Silva e Soraia Ramos, respectivamente; a ouvidora da DPE Tânia Palma; e a presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais da Bahia, Marjorie Moura. Além da posse, a ocasião contou ainda com a premiação dos vencedores da 1ª edição do Prêmio de Jornalismo e Acesso à Justiça Ivan Lemos de Carvalho, promovido pela entidade.

Falta espaço físico para Promotoria em São Francisco do Conde

Promotores aguardam entrega de uma nova sede, cedida pela prefeitura municipal

Enquanto aguardam mudança para uma casa mais ampla, as 1ª e 2ª Promotorias de Justiça de São Francisco do Conde lidam com um problema que, com o passar do tempo, poderá comprometer o atendimento à população: a falta de espaço físico.

As unidades em questão funcionam numa sala de 15 metros quadrados, no 1º andar do Fórum Aloísio Batista Filho. No local, duas promotoras, um estagiário e

um servidor se apertam diariamente em meio a caixas, mesas e cadeiras.

Para separar o público de cada promotoria, chegou a ser cogitada a colocação de divisórias no ambiente. "Nossa prioridade realmente é a ter um espaço maior. São duas promotorias funcionando numa sala muito apertada", afirma a promotora Karinny Virgínia Peixoto de Oliveira Guedes, que atua na área de Família.

Segundo ela, porém, esse tipo de dificuldade está com os dias contados, já que a prefeitura cedeu uma casa totalmente reformada, localizada a cerca de 100 metros.

"A mudança ainda não ocorreu porque estamos aguardando a formalização de um termo entre o município e o Ministério Público", assinala a promotora.



Carta propõe soluções e melhorias para a atividade jurisdicional na Bahia



A "Carta Aberta de Proposições ao Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA)", apontando soluções que visam à melhoria da atividade jurisdicional no Estado deverá ser entregue em breve ao presidente do órgão, Eserval Rocha.

O documento foi elaborado pelas instituições que compõem a Mesa Permanente de Articulações do Poder Judiciário Estadual, incluindo aí a Ampeb e entidades representantes dos defensores públicos, magistrados e sindicatos de servidores na área como resultado do seminário "Problemas e soluções para o Judiciário baiano".

Entre os principais itens listados para

minimizar os problemas no setor estão o aperfeiçoamento dos mecanismos de atendimento à sociedade, eleições diretas para a Mesa Diretora do TJ-BA e o estabelecimento de critérios objetivos em relação às substituições, por servidores e juízes, de modo a garantir o serviço até o suprimento das titularidades. O documento foi assinado pelo presidente da Ampeb, Alexandre Soares Cruz, no último dia 11 de novembro, durante o 15º encontro do grupo. Após a assinatura do documento, o objetivo é marcar uma audiência com o presidente do TJ para a entrega da carta.

Ampeb quer posicionamento sobre merecimento

Em dois ofícios protocolados no mês de outubro, o presidente da Ampeb, Alexandre Soares Cruz, voltou a questionar ao procurador-geral de Justiça, Márcio Fahel, quando será realizada a reunião pública para discutir a nova disciplina de aferição de merecimento para fins de promoção e remoção no MP-BA. A matéria foi elaborada por comissão instituída pela Ampeb, cuja relatoria ficou a cargo da

conselheira Marilene Mota.

Nos documentos, Cruz ressalta que a matéria está sob cuidados da administração superior do MP desde janeiro de 2014, sem que esta tenha apresentado uma apreciação conclusiva até o momento. A proposta, que seria apreciada pelo Conselho Superior do MP, foi retirada da pauta de julgamento por solicitação da relatora no dia 16 de setembro.

Na ocasião, ao justificar a necessidade de nova consulta sobre o anteprojeto, Marilene informou que cabe agora ao PGJ ouvir os membros do MP baiano a respeito da proposta.

O tema também foi objeto de pergunta feita pela Ampeb aos candidatos ao Conselho Superior do Ministério Público, biênio 2014/2016.

DIÁLOGO INTERINSTITUCIONAL

Nos dias 18 e 19 de novembro, o presidente da associação visitou, juntamente com a presidente da Conamp, Norma Angélica Cavalcanti ... os deputados federais Antônio Brito, Félix Mendonça Júnior e Nelson Pelegrino, bem como o governador eleito da Bahia, Rui Costa.

